

FACULDADE DE AGUDOS - FAAG

**Luciana Aparecida Masiviero Moreira
Sílvia Liane Alves de Mello
Sueli Aparecida Teixeira Manduca**

COMPETÊNCIAS EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

AGUDOS-SP

2007

**Luciana Aparecida Masiviero Moreira
Sílvia Liane Alves de Mello
Sueli Aparecida Teixeira Manduca**

COMPETÊNCIAS EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia pela Faculdade de Agudos-SP, sob a orientação do Prof. Dr. Marcelo José Araújo.

AGUDOS-SP

2007

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Deus pela perseverança na estrada percorrida.

A todos os professores que direta ou indiretamente contribuíram para nossa formação e transição do saber comum para o saber científico.

Ao nosso orientador Professor Dr. Marcelo José Araújo.

Aos nossos familiares, amigos e colegas da classe, que sempre nos apoiaram e incentivaram nessa caminhada.

“A tendência democrática da escola não pode consistir apenas em que um operário manual se torne qualificado, mas em que cada cidadão possa se tornar governante”

Antonio Gramsci

RESUMO

O trabalho de conclusão de curso originou-se de conversas informais com os docentes e discentes do Senac Bauru. Observamos nos alunos uma certa inquietação no desenvolvimento da metodologia por competência, pois a grande maioria é oriunda de escolas de ensino tradicional.

Por esse motivo, iniciamos esse trabalho fazendo um levantamento das abordagens mais evidenciadas nas escolas de ensino médio (públicas e privadas). Posteriormente, efetuamos algumas pesquisas e levantamentos bibliográficos acerca da educação profissional e o perfil do trabalhador exigido na sociedade vigente e quais as competências que essa sociedade (profissional e social) espera desse trabalhador face às evoluções tecnológicas e a globalização.

Em seguida, focamos a missão institucional do Senac São Paulo que tem como objetivo desenvolver pessoas e organizações para o mundo do trabalho. Nosso desafio era o de comprovar se a instituição está conseguindo atingir ou não a formação desse profissional.

Por meio de questionário aplicado aos alunos, pudemos avaliar se nossa hipótese inicial se confirmava ou não e se esse aluno em fase de formação profissional está obtendo condições básicas para sua autonomia individual e profissional.

SUMÁRIO

RESUMO

INTRODUÇÃO.....	08
CAPÍTULO I: ABORDAGENS COMPARATIVAS NA EDUCAÇÃO: O PROCESSO DE APRENDIZAGEM.....	11
1.1 Abordagem Tradicional.....	11
1.2 Abordagem Comportamentalista	13
1.3 Abordagem Sócio-Cultural	14
CAPÍTULO II: PLANEJANDO PARA O DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS	17
2.1 Competências e Habilidades.....	17
2.2 A LDB e a Formação Profissional.....	19
2.3 Ensino Profissional.....	20
2.4 O papel do professor no desenvolvimento de competências.....	23
2.5 O papel do professor na formação profissional.....	26
CAPÍTULO III: O PAPEL DO SENAC SÃO PAULO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	28
3.1 Educação e Educação Profissional.....	28
3.2 Perspectiva Histórica.....	29
3.3 Organização Curricular.....	30
3.4 Metodologia da Educação Profissional.....	31
3.5 O Processo Ensino-Aprendizagem.....	32
3.6 Processos de Avaliação.....	33
3.7 Programa de Desenvolvimento Educacional.....	35

CAPÍTULO IV: O ALUNO SENAC	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS.....	42
APÊNDICE – caderno separado	
ANEXO – caderno separado	

INTRODUÇÃO

No decorrer da história o homem sempre buscou aprimorar e desenvolver seu potencial. Por meio do trabalho o homem transformava os meios de que dispunha para melhorar sua qualidade de vida. O homem é um ser que se relaciona com o mundo de modo consciente, intencional, reflexivo e potencialmente responsável. É capaz de fazer juízos de valor sobre sua própria forma de ser e agir e dos demais seres humanos. Pelo pensamento, pela linguagem e pelo trabalho o homem dá sentido, conhece e modifica o mundo, entendido como o ambiente ou circunstância no qual vive, convive e transforma pela sua ação.

O trabalho é a ação tipicamente humana que promove e estrutura formas de convivência e de relações entre os homens e entre eles e o meio em que atuam. Nesse sentido, os sistemas educacionais de uma maneira ou de outra sempre procuraram atender a essa sociedade em construção de acordo com as necessidades que surgiam. Contudo, a partir das décadas de 1990 e 2000, a aceleração dessas produções sociais tornou-se extremamente dinâmica. Todo o conhecimento produzido e difundido exigiu uma atuação profissional mais competente das pessoas.

Em alguns períodos da história o armazenamento de informações implicava em poder, e em decorrência da aceleração da produção do conhecimento, a abertura de novos mercados e a competitividade interna e externa fizeram com que o homem se incomodasse e partisse em busca de novos referenciais.

Não há como continuarmos apáticos diante desse quadro profundamente instável, e é nesse momento que o saber sistematizado abre as portas para mudanças, também radicais. Atualmente, a humanidade vive a Era do Conhecimento e da Informação e as descobertas tornam-se obsoletas rapidamente diante de novas redescobertas. Há profundas transformações e incertezas geradas, em grande parte, pelos recentes avanços econômicos, científicos e tecnológicos. Conceitos como governo, família, educação e trabalho são revistos, quando não totalmente reformulados. As formas de agir, de gerir e de produzir modificam-se continuamente.

O mundo do trabalho é dinâmico e baseia-se, cada vez mais, em pesquisa e desenvolvimento. As organizações tendem a ser mais horizontais e estruturadas em forma de rede. A valorização da autonomia profissional, da

flexibilidade, da recomposição da complexidade do trabalho, da rearticulação entre concepção e execução das atividades e da ampliação do conhecimento sobre as mais diversas áreas são efeitos possíveis e desejáveis dessas mudanças. Os vínculos empregatícios tradicionais tendem a ser substituídos por novas formas de relações laborais: trabalho autônomo, atividades em tempo parcial, trabalho comunitário e voluntário, terceirização, parceria e organização cooperativa.

Ter mais tecnologia à disposição e poder realizar mais com menos esforço não impede, contudo, que a sociedade continue, infelizmente, convivendo com a imensa desigualdade social e que, ainda, estejam presentes antigos problemas como: baixos salários e insegurança decorrente do risco do desemprego, da flexibilização das leis trabalhistas e da desatualização profissional.

No processo de globalização em curso, poucas nações e grandes corporações dominam a renovação tecnológica, definem os rumos da produção, controlam a oferta de emprego, ditam valores e dispõem dos recursos do meio ambiente.

Afetam, também, o mercado de trabalho que passa a exigir profissionais cada vez mais qualificados e competentes para o desempenho de novas e diversificadas funções.

O desequilíbrio decorrente da globalização, em que as grandes corporações dominam os mercados, impulsiona a concentração de renda e promove ainda mais a exclusão social. Uma grande parte da população, privada dos recursos mínimos para sobreviver em um mundo tão complexo, depara-se com um abismo que separa os cidadãos e trabalhadores educacionalmente preparados daqueles sem escola, sem qualificação profissional e digitalmente excluídos.

No complexo e dinâmico mundo do trabalho, a competência profissional não pode ser restringida à capacidade de utilizar eficazmente os meios tecnológicos disponíveis. Deve incluir, necessariamente, a compreensão dos fundamentos científicos que lhes dão suporte e, acima de tudo, os valores éticos que precisam nortear a produção de conhecimentos, a geração e implementação de novas tecnologias, voltadas para a superação dos problemas sociais e organizacionais contemporâneos. Na Era do Conhecimento, surge a “sociedade do conhecimento” na qual se exige cada vez mais a construção de habilidades e competências.

Falaremos nesse trabalho mais especificamente de educação profissional, que desde a década de 1940 busca uma sintonia com essas mudanças. Primeiramente, nos deparamos com a importância do alicerce que deve ser preparado nos ensinos fundamental e médio e, acima de tudo, com o percurso de uma qualificação ou habilitação pelo indivíduo ao procurar uma educação profissionalizante. Na análise de algumas abordagens educacionais que permeiam os ensinos regulares, surge a preocupação da responsabilidade do trabalho posterior, enfrentado na educação profissional.

Mas afinal, por que esse quadro educacional causa tanto incômodo? Porque atualmente a responsabilidade de cada cidadão implica em uma visão macro dentro da sociedade, envolvendo aspectos éticos, consciência da utilização dos recursos naturais, princípios de responsabilidades sociais, a preservação do meio ambiente, a minimização da exclusão digital e uma melhor distribuição de renda. Ou seja, quando há seriedade e envolvimento no trabalho da escola e, principalmente, do professor, todas essas questões estão presentes, independente de níveis escolares.

Nesse trabalho procuraremos mostrar com que intensidade uma das instituições que preparam esses cidadãos para uma colocação muitas vezes mais rápida no mercado de trabalho, tem procurado desenvolver sua missão.

O Senac São Paulo – Unidade de Bauru, em sintonia com toda a evolução que vem ocorrendo, busca por meio de seus parceiros - neste caso nos referimos aos professores - atingir com satisfação e compromisso a tão almejada educação por competências.

Hoje, sua busca é a de despertar em seus alunos competências por meio de grandes eixos como: o saber agir, o saber mobilizar, o saber comunicar, o saber aprender, o saber comprometer-se, o saber assumir responsabilidades e, enfim, a competência de ter uma visão estratégica da organização, do seu ambiente e de suas oportunidades.

Percorrendo por vários itinerários e rascunhando momentos históricos, vamos verificar as vertentes que contribuíram ou não para uma educação diferenciada. Buscaremos nos alunos do Senac Bauru as respostas para tantas indagações que foram surgindo no decorrer desse trabalho e, assim, chegar a nossa questão de pesquisa, qual seja: o Senac está conseguindo, por meio de seus

professores e coordenadores, desenvolver pessoas e organizações de forma competente?

CAPÍTULO I: ABORDAGENS COMPARATIVAS NA EDUCAÇÃO: O PROCESSO DE APRENDIZAGEM

A questão da educação assume diferentes orientações conforme as várias teorias construídas historicamente. Nesse capítulo, procuraremos destacar as principais idéias de três diferentes abordagens da educação: tradicional, comportamentalista e sócio-cultural.

Partindo do pressuposto que a Educação deva estimular a liberdade de pensamento e não nos ensinar a repetir sem questionar, nosso objetivo é o de encontrar nos alunos do Senac Bauru (objeto da pesquisa) vestígios dessas concepções de educação e assim poder dar subsídio a esses alunos, tais como: habilidades, conhecimentos e competências para que eles possam ser cada vez mais ativos e capazes de analisar o mundo a sua volta e não somente descrevê-lo, mas acima de tudo transformá-lo.

1.1 Abordagem Tradicional

O desenvolvimento educacional durante muitos anos foi evidenciado pela abordagem Tradicional sendo, ainda nos dias de hoje, uma característica de trabalho em muitas escolas, principalmente as públicas.

A educação tradicional, para muitos, é a educação verdadeira. Tem a pretensão de conduzir o aluno até o contato com as grandes realizações da humanidade: obras-primas da literatura e da arte, raciocínios e demonstrações plenamente elaboradas, aquisições científicas atingidas pelos métodos mais seguros etc. Nesta abordagem, a ênfase é dada aos modelos, em todos os campos do saber. Privilegiam-se o especialista, os modelos e o professor, elemento imprescindível na transmissão de conteúdos.

A educação tradicional parece não temer o risco de seguir o modelo das “linhas de montagem”, quase um adestramento que tem como objetivo normalizar as pessoas.

Conforme descreve Mizukami (1986, p.8), nessa abordagem “[...] o homem é considerado como inserido num mundo que irá conhecer através de informações que lhe serão fornecidas e que se decidiu serem as mais importantes e úteis para ele”.

O adulto, na concepção tradicional, é considerado como um homem acabado, "pronto" e o aluno um "adulto em miniatura", que precisa ser atualizado e, por isso, um receptor passivo do conhecimento e o papel da escola nesse contexto é o de "formar" o aluno de acordo com normas pré-estabelecidas.

O ensino, em todas as suas formas, nessa abordagem, será centrado no professor. O aluno apenas executa, não tendo um papel na elaboração e na aquisição dos conhecimentos. O papel do professor se caracteriza pela garantia de que o conhecimento seja conseguido e isto independentemente do interesse e vontade do aluno, o qual, por si só, talvez nem pudesse manifestá-lo espontaneamente e sem o qual suas oportunidades de participação social estariam reduzidas.

Nessa concepção, a metodologia usada é de aulas expositivas, com conteúdos prontos. Os assuntos tratados em sala de aula dão-se por terminados com a conclusão do professor, sendo prolongados apenas por meio de exercícios de repetição, aplicação e recapitulação. Assim, a reprovação do aluno passa a ser necessária quando o mínimo cultural não foi atingido e as provas e exames são necessários para a constatação de que este mínimo exigido para cada série foi adquirido pelo aluno.

O diploma tem um papel fundamental na hierarquização do indivíduo, em seu meio social e no trabalho.

Para Paulo Freire (*apud* MIZUKAMI, 1986, p.10), este tipo de sociedade mantém um sistema de ensino baseado na educação bancária, ou seja, uma educação que se caracteriza por "depositar" no aluno, conhecimentos, informações, dados, fatos etc.

A abordagem tradicional é caracterizada pela concepção de educação como um produto, já que os modelos a serem alcançados estão pré-estabelecidos, demonstrando a ausência de ênfase no processo. Trata-se, pois, da transmissão de idéias selecionadas e organizadas logicamente.

A escola, fundada nas concepções dessa abordagem é o lugar por excelência onde se realiza a educação, a qual se restringe, em sua maior parte, a um processo de transmissão de informações em sala de aula e funciona como uma agência sistematizadora de uma cultura complexa, onde seu papel restringe-se ao de transmitir conhecimentos, não desenvolvendo no aluno a capacidade de instrumentalizar prática e teoria.

Segundo Dermeval Saviani (1999, p.18):

[...] o papel da escola é difundir a instrução, transmitir os conhecimentos acumulados pela humanidade e sistematizados logicamente. O mestre escola será o artífice dessa grande obra, como uma agência centrada no professor, o qual transmite, segundo uma gradação lógica, o acervo cultural aos alunos. A estes cabe assimilar os conhecimentos que lhes serão transmitidos.

O tipo de relação social estabelecido nesta concepção é vertical, do professor (autoridade intelectual e moral) para o aluno. As possibilidades de cooperação entre os pares são reduzidas, já que a natureza da grande parte das tarefas destinadas aos alunos exige participação individual de cada um deles.

Segundo Mizukami (1986, p.14) nessa concepção de educação:

[...] ignoram-se as diferenças individuais, pois os métodos não variam ao longo das classes nem dentro da mesma classe. As tendências englobadas por esse tipo de abordagem possuem uma visão individualista de todo o processo educacional, não possibilitando, na maioria das vezes, trabalhos de cooperação nos quais os futuros cidadãos utilizar-se-ão no futuro.

Alguns autores defendem esse tipo de ensino tradicional, como Snyders (*apud* MIZUKAMI, 1986, p.12) que afirma:

[...] a escola tradicional, quando não transformada em caricatura, considera que os conhecimentos adquiridos não valem por si mesmos, mas como meio de formação e de ir mais além. Ou seja, que leva o aluno a impulsionar para um raciocínio superior.

1.2 Abordagem Comportamentalista

Em um segundo momento a educação passa por uma mudança em que o papel do professor e do aluno começa a fazer parte de um sistema de ensino-aprendizagem diferenciado frente à abordagem tradicional.

Segundo Mizukami (1986, p.31), seria a abordagem comportamentalista, que a descreve como:

[...] o professor é um planejador do ensino e da aprendizagem que trabalha no sentido de dar maior produtividade, eficiência e eficácia ao processo, maximizando o desempenho do aluno. O professor, como um analista do processo, procura criar ambientes favoráveis de forma a aumentar a chance de repetição das respostas aprendidas. O processo de aprendizagem se fundamenta na experimentação planejada, em que o

conhecimento é o resultado direto da experiência cabendo ao professor acompanhar e orientar o aluno durante o processo.

Nessa abordagem a finalidade básica da educação é a de promover mudanças nos indivíduos por meio da aquisição de novos comportamentos ou modificando os já existentes.

A escola, nessa concepção, é considerada uma agência educacional e visa adotar formas de controle, de acordo com os comportamentos que precisam instalar e manter.

No entanto, uma das marcas deixadas pelo comportamentalismo na educação escolar foi a valorização do planejamento do ensino, tendo chamado a atenção para a necessidade de se definirem com clareza e operacionalidade os objetivos que se pretende atingir, para a organização das seqüências de atividades e para a definição dos incentivos a serem utilizados (elogios, notas, pontos positivos, prêmios etc.).

1.3 Abordagem Sócio-Cultural

Na história da educação uma das abordagens que também se evidenciou no processo educacional foi a abordagem Sócio-Cultural, a qual o ponto de partida está ligado com aspectos inerentes ao povo. Não traz coisas prontas, mas cria condições para que os indivíduos os assumam e não somente os consumam.

A visão de homem e de mundo está ligada numa abordagem interacionista com ênfase no sujeito como elaborador e criador do conhecimento. No desenvolvimento desse processo educacional o homem chegará a ser sujeito por meio da reflexão sobre o seu ambiente concreto: quanto mais ele reflete sobre a realidade, sobre a sua própria situação concreta, mais se torna progressivo e gradualmente consciente e comprometido a intervir na realidade para mudá-la. Sendo o homem sujeito de sua própria educação, toda ação educativa deverá promover o próprio indivíduo e não ser instrumento de ajuste à sociedade.

Um dos aspectos importantes é como a cultura é criada pelo homem e a maneira como ele a integrará, pois ela constitui a aquisição sistemática da experiência humana, aquisição esta que será crítica e criadora e não simplesmente um armazenamento de informações justapostas, que não foram incorporadas ao indivíduo total.

Convém destacar que a participação do homem como sujeito na sociedade, na cultura, na história, se faz na medida de sua conscientização, a qual implica a desmistificação. Afinal, o opressor mitifica a realidade e o oprimido a capta de maneira mítica e não crítica. Esse é um dos pontos fundamentais para o trabalho de tomada de consciência, pois os mitos ajudam a manter a realidade da estrutura dominante, contribuindo para a situação do *status quo* do oprimido. A libertação não chegará por acaso, mas pela práxis¹ de sua busca.

Constantemente o homem é desafiado pela realidade e a cada um desses desafios ele deve responder de uma maneira original, ou seja, não de forma engessada, fechada ou única, mas com olhares diferenciados. É dessa forma que se construirá o conhecimento, por meio do pensamento e da prática.

Para que esse processo ocorra o homem se torna, nessa abordagem, o sujeito da educação. Nos trabalhos de Paulo Freire, principal protagonista desse tipo de abordagem, a educação assume caráter amplo, não restrito à escola em si e nem a um processo de educação formal. Segundo ele a escola é uma instituição que existe num contexto histórico de uma determinada sociedade. Para que seja compreendida é necessário que se entenda como o poder se constitui na sociedade e a serviço de quem está atuando.

A verdadeira educação consiste na educação problematizadora, que ajudará na superação dessa relação. A relação professor-aluno é horizontal e não imposta. Para que o processo educacional seja real é necessário que o educador se torne educando e o educando, por sua vez, educador.

Destacamos aqui o papel enfático do professor que esteja engajado numa prática transformadora, pois este procurará desmistificar e questionar com o aluno, a cultura dominante, valorizando a linguagem e a cultura do próprio aluno, levando-os a uma análise crítica e a produzir sua cultura.

¹ Práxis: Prática articulada à teoria, prática desenvolvida com e por meio de abstração do pensamento, como busca de compreensão mais consistente e conseqüente de atividade prática. É prática "infectada" de teoria. É prática refletida.

É nessa relação dialógica – professor/aluno - que haverá a superação da chamada *consciência ingênua* e os alunos possam perceber as contradições da sociedade e grupos que vivem.

A metodologia elaborada por Freire consiste no chamado tema gerador, pois na medida em que o homem participa ativamente da exploração de suas temáticas, sua consciência crítica da realidade se aprofunda. É a partir da consciência que se tenha da realidade que se irá buscar o conteúdo programático da educação.

A verdadeira avaliação do processo consiste na auto-avaliação e/ou avaliação mútua permanente da prática educativa por professores e alunos. Numa abordagem sócio-cultural a educação assume caráter amplo e não se restringe às situações formais de ensino-aprendizagem.

Para formarmos alunos numa visão de educação por competência o SENAC se depara com todas essas diferentes abordagens percorridas, pois verificamos que a maioria dos alunos do Senac Bauru são procedentes dessas vertentes educacionais.

A educação por competência tenta mostrar que a escola e o que nela se aprende não deve ser estático nem intocável. Os indivíduos que ela irá preparar deverão ser sujeitos das transformações que estão acontecendo no mundo globalizado.

Diante dessa dinâmica, muitas escolas desenvolvem um trabalho eclético, mesclando aspectos de várias abordagens educacionais, não contribuindo para uma educação autônoma de construção do aprender a aprender.

No capítulo seguinte, o leitor poderá se contextualizar melhor acerca do trabalho/educação por competências.

CAPÍTULO II: PLANEJANDO PARA O DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS

2.1 Competências e Habilidades

O termo competência tem recebido vários significados ao longo do tempo. Percebemos que em certos momentos algumas palavras assumem o significado de paradigma², e isto tem ocorrido com as palavras: competências e habilidades, apesar de que atualmente parece haver uma idéia comum de competência.

Algumas definições de competência:

- Competência é a capacidade de mobilizar conhecimentos, valores e decisões para agir de modo pertinente numa determinada situação. Competências e habilidades pertencem à mesma família. A diferença entre elas é determinada pelo contexto. Em resumo: a competência só pode ser constituída na prática (MELLO, 2003)
- Competência: qualidades de quem é capaz de apreciar e resolver certos assuntos. Ela significa ainda habilidade, aptidão, idoneidade. Muitos conceitos estão presentes nessa definição: competente é aquele que julga, avalia e pondera; acha a solução e decide, depois de examinar e discutir determinada situação, de forma conveniente e adequada. É ainda quem tem capacidade resultante de conhecimentos adquiridos (FERREIRA, 1986, p. 440).
- A noção de competência designará aqui uma capacidade de mobilizar diversos recursos cognitivos³ para enfrentar diferentes tipos de situações (PERRENOUD, 2000, p.15).

Como pode ser visto, apresentamos de forma geral algumas definições de competência. Destacaremos agora a definição de competência no trabalho e na escola, embasados nas concepções de Perrenoud e, a seguir, esboçaremos sutilmente a diferença entre Competência e Habilidades.

² Paradigma: modelo; padrão.

³ Cognição: conhecimento; percepção.

Segundo Perrenoud (1999, p.7) a noção de “competência” é definida como sendo uma capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles. Para enfrentar uma situação da melhor maneira possível, deve-se, via de regra, pôr em ação vários recursos cognitivos complementares, entre os quais estão os conhecimentos. No sentido comum da expressão, estes são representações da realidade, que construímos e armazenamos ao sabor de nossa experiência e de nossa formação.

[...] A competência não reside nos recursos (conhecimentos, capacidades...) a serem mobilizados, mas na própria mobilização desses recursos. A competência pertence à ordem do “saber mobilizar”. Para haver competência, é preciso que esteja em jogo um repertório de recursos (conhecimentos, capacidades cognitivas, capacidades relacionadas...) (BOTERF *apud* PERRENOUD, 2001, p. 21)

Perrenoud (2000) forma um modelo composto por dez competências, procurando envolver professores, alunos, direção e responsáveis, enfim, a sociedade na construção dessas competências, a saber: organizar e dirigir situações de aprendizagem; administrar a progressão das aprendizagens; conceber e fazer evoluir os dispositivos intelectuais; envolver os alunos em suas aprendizagens e em seu trabalho; trabalhar em equipe; participar da administração da escola; informar e envolver os pais; utilizar novas tecnologias; enfrentar deveres e dilemas éticos da profissão; administrar sua própria formação contínua.

Mas, afinal, qual a diferença entre Competências e Habilidades? Dentre a leitura de vários teóricos, destacamos a do professor Vasco Pedro Moretto:

[...] As habilidades estão associadas ao saber fazer: ação física ou mental que indica a capacidade adquirida. Assim, identificar variáveis, compreender fenômenos, relacionar informações, analisar situações-problema, sintetizar, julgar, correlacionar e manipular são exemplos de habilidades.

Já as competências são um conjunto de habilidades harmonicamente desenvolvidas e que caracterizam por exemplo uma função/profissão específica: ser arquiteto, médico ou professor de química. As habilidades devem ser desenvolvidas na busca das competências (MORETTO, 2003, p. 54)

A competência sempre envolve um conjunto de habilidades que, dependendo do contexto, pode envolver também algumas mais específicas. Nesse caso, o que seria uma competência em determinado contexto, em outro pode ser considerado uma habilidade. A diferença entre uma e outra é, portanto, determinada

pelo contexto. Ambas são inseparáveis da ação, mas exigem domínio de conhecimentos.

Resolver problemas é uma competência que envolve diferentes habilidades, tais como: acessar informações, fazer comparações, selecionar e interpretar informações.

2.2 A LDB e a Formação Profissional

Nas décadas de 1960 e 1970 o ideário desenvolvimentista era o da disseminação da educação como condição indispensável para o avanço tecnológico do país e para a incorporação de grandes contingentes da população, recentemente migrados do campo, à vida social e política, mediante a aquisição do novo *modus vivendi*. Nesse projeto não havia lugar para uma escola fundamental, ou seja, uma escola que somente formasse cidadãos alfabetizados, mas sim, uma escola que atendesse a demanda de desenvolvimento social e econômico da época.

A partir da década de 1990 enfrentamos um desafio de outra ordem. O volume de informações, produzido em decorrência das novas tecnologias, é constantemente superado, colocando novos parâmetros para a formação dos cidadãos. Não se trata apenas de acumular conhecimentos, os cidadãos têm que aprender o que fazer com todo esse conhecimento.

A formação do aluno deve ter como alvo principal a aquisição de conhecimentos básicos, a preparação científica e a capacidade para utilizar as diferentes tecnologias relativas às áreas de atuação.

Propõe-se no nível do Ensino Médio a formação geral em oposição à formação específica, o desenvolvimento de capacidades de pesquisar, buscar informações, analisá-las e selecioná-las, a capacidade de aprender, de criar, de formular, ao invés do simples exercício de memorização.

São estes os princípios mais gerais que orientam a reformulação curricular do ensino Médio e que se expressam na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9394/96.

O Ensino Médio, portanto, é a etapa final de uma educação de caráter geral, afinada com os novos tempos, com a construção de competências básicas, que situem o educando como sujeito produtor de conhecimento e participante do mundo do trabalho, e com o desenvolvimento da pessoa, como sujeito - cidadão.

Nesta concepção, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – nº 9394/96 - muda em seu núcleo, a identidade estabelecida para o Ensino Médio contida na referência anterior, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - nº 5692/71 - cujo Ensino Médio se caracterizava por uma dupla função: preparar para o prosseguimento de estudos e habilitar para o exercício de uma profissão técnica. Na perspectiva da nova Lei, o Ensino Médio como parte da educação básica “deverá vincular-se ao mundo do trabalho e a prática social” (Art. 1º § 2º da Lei 9394/96).

A análise da legislação educacional em vigor deixa evidente a preocupação com a cidadania e a formação para o trabalho. Educar para a cidadania consciente, crítica, participativa e responsável é papel essencial das agências educacionais, viabilizando a aprendizagem com autonomia (do aprender a aprender), juntamente com o desenvolvimento de competências que assegurem um melhor desempenho no exercício do trabalho.

Focalizando o desenvolvimento de competências profissionais, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico (Parecer CNE-CEB nº16/99, de 05/10/99 e Resolução CNE-CEB nº04/99, de 08/12/99) conceituam competência profissional como a “capacidade de mobilizar, articular e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho”.

Essa ênfase na competência profissional reflete um novo olhar pedagógico, onde a atenção se desloca do ensino (visto sobretudo como transmissão de conteúdos e respectivas disciplinas) para o processo de aprendizagem e, conseqüentemente, para o aluno enquanto sujeito desse processo.

2.3 Ensino Profissional

Na área de educação e trabalho, a palavra competência surgiu no contexto da crise do modelo de organização taylorista/fordista, de mundialização da economia, de grande competição nos mercados, de demandas de melhoria da qualidade dos produtos e de flexibilidade dos processos de produção e de trabalho.

Neste contexto de crise, e tendo por base uma forte mudança na escolarização dos jovens, as empresas passam a usar e adaptar as aquisições individuais da formação, sobretudo escolar, em função das suas exigências. A

aprendizagem passa a ser orientada para a ação, e a avaliação das competências baseia-se em resultados observáveis. (DEPRESBÍTERES, 2001)

A busca de maiores e melhores patamares de competitividade tem colocado para os trabalhadores e suas organizações uma série de novas e outras palavras, tais como: custos, qualidade, tempo, flexibilidade, inovação e globalização.

Desde o início dos anos de 1990, o país passou a conviver e ter que buscar "sobreviver" em um ambiente de abertura abrupta da economia, face à globalização e com isso a acirrada concorrência.

Os novos padrões de organização do trabalho e da produção alteraram não só seus conteúdos e suas qualificações como também modificaram a forma de utilização da força de trabalho. O mercado passou a valorizar mais os trabalhadores que, além do domínio técnico de suas atividades, fossem capazes de assumir uma atitude mais enfática e colaborativa, trabalhando em equipe, demonstrando iniciativa e prontidão para o contínuo aprendizado. Simultaneamente, para aqueles trabalhadores afetados pela redução do emprego industrial e do emprego assalariado, colocou-se a necessidade de capacitá-los tanto para enfrentar mudanças intersetoriais de ocupação quanto para desenvolver e gerir novas atividades que gerassem renda.

Segundo Lucília Regina de Souza Machado:

[...] a inovação requer, para o seu próprio aprimoramento, a participação, o interesse e o envolvimento dos trabalhadores e se ela pressupõe flexibilidade é preciso preparar todos para reagir às mudanças de demanda do mercado, dos produtos e dos processos. O trabalhador necessita ser flexível, ou seja, saber lidar com uma variedade de funções, saber integrar-se a diferentes formas de agregação e mobilização de trabalhos (MACHADO, 1994, p. 169)

A educação profissional que vinha sendo oferecida, os currículos de ensino e a própria estrutura do sistema de formação profissional existente foram concebidos para um padrão de produção assentado, sobretudo, no trabalho assalariado em ocupações tradicionais dos setores industriais e comerciais. As qualificações oferecidas eram voltadas para o exercício de tarefas em postos de trabalho específicos, adequadas à relativa rigidez funcional que caracterizava os processos produtivos. Em contrapartida, as mudanças na produção, na organização e no conteúdo do trabalho apresentavam velocidade significativamente menor. Assim, esse tipo de formação profissional, que foi bem-sucedido no passado,

rapidamente se revelou inadequado para enfrentar as mudanças no perfil de qualificação hoje demandado.

Por outro lado, a relevância que vem sendo atribuída à educação e à formação profissional expressam, em parte, o reconhecimento de que ambas constituem uma base indispensável para estimular o processo de inovação nas empresas e, assim, impulsionar a competitividade e o processo de desenvolvimento dos países, tanto industrializados quanto em desenvolvimento. Um bom nível de educação e de formação profissional passou a ser considerado não apenas essencial para a melhoria do nível de vida da população em geral, mas também estratégico para atrair investimentos internacionais produtivos para o país e melhorar a capacidade competitiva nacional.

Segundo Chiavenato (1999) a moeda do futuro certamente não será a financeira, mas a intelectual. Isso porque as empresas e o próprio mercado exigem uma reunião de conhecimentos e habilidades que aprimorem a capacidade de criar o futuro.

A intensidade com que as pessoas e as organizações aprendem vai tornar-se fundamental para a criação contínua de vantagens competitivas. E quem faz isso acontecer? As pessoas, e somente as pessoas. Só o conhecimento e o potencial humano criam essa condição.

Com a globalização comercial e financeira, as vantagens advindas da capacidade científica e tecnológica acumulada no país crescem em importância, seja para gerar inovações que constituem um diferencial significativo no mercado, seja para atrair investimentos produtivos em setores mais dinâmicos, os quais necessitam contar com uma oferta de pessoal qualificado. De acordo com Henrique Rattner (1994, p.77) “[...] o novo padrão exige que o indivíduo tenha a capacidade de analisar, interpretar e, se for necessário, corrigir as instruções que lhe chegam, sejam de quem for”.

A reorganização da produção e do trabalho, mais as implicações para a qualificação na formação profissional, aliada a valorização da educação como elemento estratégico capaz de estimular e promover a competitividade das empresas, favoreceu o reconhecimento da necessidade de investir e reorganizar o sistema de formação profissional vigente.

Uma evidência da tomada de consciência sobre a importância da educação profissional – seja para os trabalhadores, para as empresas ou para o

país – é a multiplicação de iniciativas desde a década de 1990. Do lado governamental, o fortalecimento da atuação dos Ministérios da Educação (MEC) e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), do lado não-governamental, o movimento sindical, dedicando sua atenção à educação profissional e atuando com consistência na oferta de formação do trabalhador.

Seguindo esta mesma tendência, o chamado SISTEMA “S”⁴ - SENAI e SENAC - mais especificamente, que são dois dos maiores e mais importantes sistemas de formação profissional do país e que, historicamente, têm atuado significativamente no campo da formação profissional, passam também por um processo de discussão sobre o seu papel neste novo contexto produtivo, chegando a reformular algumas de suas linhas de atuação, no caso específico desse trabalho, o da formação por competência.

Diante de todas essas transformações advindas da revolução tecnológica, Chiavenato analisa até mesmo a questão da empregabilidade aliada à educação:

[...] as taxas de desemprego tendem a ser maiores onde a educação é pior. O problema educacional é um dos principais responsáveis pela concentração de renda. Um efeito da revolução tecnológica é o fato de haver maior demanda por gente mais competente e menor necessidade de empregos tradicionais. Isso mostra que as taxas de desemprego são maiores onde os níveis educacionais são menores. Sem dúvida alguma, a educação melhora a empregabilidade [...] (CHIAVENATTO, 1999, p.85).

2.4 O papel do professor no desenvolvimento de competências

Nos dias atuais algumas questões têm sido alvo de muitas discussões entre os educadores: Com ensinar? Como criar em nossos alunos o espírito crítico que tanto é cobrado? Uma das respostas seria a seleção e organização dos conteúdos escolares a partir do pressuposto de que teoria e prática se constituem numa unidade, ou seja, no fazer gerar-se o saber.

As práticas pedagógicas em sala de aula, geralmente continuam focadas somente no professor, conforme salienta Maria Isabel da Cunha (1989, p.136) [...] “tenho a impressão até de que os professores criam um certo sentimento de culpa se não são eles que estão ‘em ação’, isto é, ocupando espaço com a palavra na sala de aula”.

⁴ O Sistema “S” é formado pelo: SENAC, SESC, SENAI, SESI, SENAR, SENAT, SEBRAE e SESCOOP.

O desenvolvimento do trabalho docente envolve uma via de mão dupla, onde um dos atores principais, ou seja, o professor deverá suscitar em seus alunos o interesse na descoberta do saber, isso, implica em derrubar a passividade dos discentes.

[...] Os estudantes, de acordo com estudos feitos, estão condicionados a ter um tipo de expectativa em relação ao professor. Em geral, ela se encaminha para que o professor fale, “dê aula”, enquanto ele, o aluno, escuta e intervém somente quando acha necessário. O fato de se achar na condição de ouvinte é confortável ao aluno, especialmente se o professor possui habilidades de ensino que fazem com que a aula não se torne maçante (CUNHA, 1989, p. 136).

Ninguém se arrisca a afirmar categoricamente quantas e quais são as competências a desenvolver nos alunos.

Bernardo Toro (2000), educador colombiano, criou sete itens para avaliar o Ensino Médio, usando os mesmos critérios utilizados pelo Ministério da Educação Brasileiro. É importante lembrar que todos eles devem ser trabalhados em todas as séries e disciplinas, observando-se a devida adaptação para cada faixa etária:

- 1) Dominar a leitura, a escrita e as diversas linguagens utilizadas pelo homem. É a única forma de inserir uma pessoa na sociedade. Todos têm de saber se comunicar, usando palavras, números e imagens.
- 2) Fazer cálculos e resolver problemas. Significa fazer contas e tomar decisões. Socialmente, é preciso dar soluções positivas aos problemas e às crises.
- 3) Analisar, sintetizar e interpretar dados, fatos e situações. Aspecto essencial para que a pessoa possa expor o próprio pensamento, oralmente ou por escrito. Lidar com símbolos, signos, dados ou códigos é a base da participação ativa na sociedade global.
- 4) Compreender seu entorno social e atuar sobre ele. Dar a crianças e jovens formação e informação para atuar como cidadãos, ou seja, converter problemas em oportunidades; organizar-se para defender seus interesses; solucionar problemas através do diálogo e da negociação, respeitando as normas estabelecidas; criar unidade de propósitos a partir da diversidade cultural e da diferença, sem confundir

unidade com uniformidade; trabalhar para fazer possíveis todos os direitos humanos. Todas essas capacidades são elementares para a construção de uma sociedade democrática e produtiva.

5) Receber criticamente os meios de comunicação. Assim, a pessoa não se deixará manipular como consumidor e como cidadão. Entender os meios de comunicação permite usá-los com critério para obter informações e conhecer outros modelos de convivência e produtividade. Sem falar nos novos saberes que eles têm a oferecer.

6) Localizar, acessar e usar melhor a informação acumulada. Essas são exigências do mercado de trabalho. É preciso saber localizar dados e usar as informações para resolver problemas.

7) Planejar, trabalhar e decidir em grupo. São saberes estratégicos para a democracia. A criança deve aprender a organizar grupos de trabalho, negociar com os colegas para selecionar metas de aprendizagem, definir estratégias e métodos.

Cabe ao professor o papel de orientador e motivador nesse processo. Ele é um elemento chave na organização das situações de aprendizagem, pois lhe compete dar condições para que o aluno “aprenda a aprender”, desenvolvendo situações de aprendizagens diferenciadas, estimulando a articulação entre saberes e competências. Reafirma-se, assim, a aprendizagem como uma construção, cujo epicentro é o próprio aprendiz.

Alguns aspectos são relevantes no papel do professor, como localizar historicamente o conteúdo; a capacitação de formular perguntas; usar a indagação, pois leva a capacidade de reflexão ao alunado; atentar ao uso de linguagens para com a classe; a construção de exemplos que contribui para o exercício da pesquisa e o domínio da matéria de ensino discorrida pelo docente.

Teríamos, dessa maneira, o processo de desenvolver habilidades por meio dos conteúdos. Em lugar de continuar a decorar conteúdos, o aluno passará a exercitar habilidades e, por meio delas, a aquisição de competências.

O que muda então na prática? Praticamente tudo, pois o professor não deve mais se perguntar o que vai dar em aula, mas o que os estudantes precisam saber, qual a melhor maneira de trabalhar determinado assunto e, principalmente, como avaliar se o método está sendo eficiente. O conceito é o seguinte: o trabalho

do professor é ensinar. Se o aluno não aprende, algo está errado. E tem a ver com o professor, certo? Nem sempre, vemos muitos casos em que o trabalho e esforço do professor encontra no aluno e em suas atitudes uma barreira quase intransponível, pois o aluno chega em sala de aula desestimulado, desmotivado, com má vontade e isso pode não ter nenhuma relação com o modo de ensinar do professor.

Para desempenhar bem o papel de professor nesse novo contexto, a postura frente à classe tem que mudar. De dono absoluto do saber, o educador passa a ser intermediário entre o conhecimento acumulado e o interesse do aluno, passa a ser um motivador, um exemplo e, ainda mais que isso, ele se torna o elemento que desencadeia a curiosidade da turma, ao mesmo tempo em que aprende com ela.

Que perfil profissional/pessoal o professor quer que seu aluno possua ao concluir o curso? A resposta para essa questão norteará a organização do currículo do curso possibilitando um ou vários caminhos de formação. Construir um currículo por competências não significa abandonar a transmissão dos conhecimentos ou oportunizar a construção de novos conhecimentos, estes processos são indissociáveis na construção dessas competências. A diferença que se estabelece nesta organização curricular é que o centro do currículo e, portanto, da prática pedagógica estará focada não na transmissão dos saberes pura e simplesmente, mas no processo de construção, apropriação e mobilização destes saberes.

2.5 O papel do professor na formação profissional

Nesse novo papel, o foco não está mais sobre o “ensinar”, mas sim sobre o “mediar a aprendizagem”, e isso requer do docente, entre outras coisas:

- a articulação de conceitos e princípios, valores da autonomia, habilidades de planejamento e mediação de processos de aprendizagem voltados para o desenvolvimento de competências e o aprender a aprender;
- trabalhar regularmente com problemas e outros métodos ativos de aprendizagem;

- conhecer profundamente a proposta curricular do curso no qual atua, planejar e desenvolver em equipe o processo educacional contido nesta proposta, de modo integrado e significativo;
- criar situações de aprendizagem onde o conteúdo seja trabalhado de forma contextualizada e significativa, considerando os conhecimentos e habilidades prévios dos alunos como ponto de partida, estimulando a pesquisa, a descoberta e a construção de conhecimentos, habilidades e valores coerentes com as competências pretendidas no curso;
- manter uma postura democrática, participativa, cooperativa, crítica e empática.
- atualizar-se constantemente e preparar-se didaticamente para desenvolver seu trabalho (NORI, 2000)

A formação por competências impulsiona e exige uma estreita inter-relação entre os sistemas formativos educacionais e o setor produtivo, uma vez que este tem a responsabilidade de colaborar e identificar as necessidades e as competências requeridas no indivíduo. O modelo da competência nasce de uma mudança profunda nas organizações do trabalho e nas relações sociais das empresas.

A idéia de que a meta da escola não é somente o ensino de conceitos curriculares, mas o desenvolvimento de competências pessoais, constitui hoje o centro das atenções no sistema educacional, principalmente no que se refere à educação profissional.

CAPÍTULO III. O PAPEL DO SENAC SÃO PAULO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

3.1 Educação e Educação Profissional

Em 1946, quando o Senac São Paulo e as Unidades que o compõem iniciava suas atividades, existiam duas trajetórias educacionais distintas: a da escola de educação geral, que visava preparar pessoas para o ensino superior e a de educação profissional, que formava para o mercado de trabalho. Os currículos da educação profissional eram organizados com o objetivo de preparar “mão-de-obra” especializada, de níveis técnico-administrativo médio e básico, para atender às demandas do desenvolvimento industrial e comercial do país.

Coerentemente com a organização do trabalho da época, a prática educacional não valorizava a iniciativa e a reflexão, não era flexível, nem contextualizada. A educação não visava aos educandos como sujeitos transformadores ou promotores da própria aprendizagem e construtores do conhecimento.

As instituições educacionais, porém, impulsionadas pelas profundas mudanças sociais, políticas, econômicas, culturais e tecnológicas, vêm buscando articular a educação geral com a profissional, transformando as relações hierárquicas e rígidas que ainda predominam no interior da escola e construindo um ambiente de diálogo entre educadores e educandos, centrado na capacidade de ouvir o outro, na auto-avaliação de docentes e alunos, na responsabilidade e participação de todos.

Entre as principais transformações em curso, está o deslocamento da ênfase no ensino para a ênfase na aprendizagem. A educação passa a ser compreendida como um processo em que o aluno está envolvido ativamente e, no qual, as diferenças devem ser consideradas e respeitadas.

Educar é uma ação intencional e política. Possibilita ao indivíduo o desenvolvimento de competências, fundamentado em conhecimentos científicos e tecnológicos, aprendendo a conhecer, viver, conviver, agir e transformar sua vida e sua prática social, e a participar da sua comunidade. Uma educação participativa e de qualidade deverá ser capaz de gerar ferramentas para que as pessoas possam:

- ampliar a visão crítica de mundo;
- participar da vida pública;
- defender seus direitos e ampliá-los;
- inserir-se e permanecer no mundo do trabalho com desempenho de qualidade e com empreendedorismo;
- assumir responsabilidade social, com desempenho ético, de preservação do meio ambiente e de atenção à saúde individual e coletiva.

A educação profissional no Senac São Paulo e nas Unidades que o compõem, devem promover as pessoas, organizações e comunidades, buscando fortalecê-las por meio de um processo que visa à inserção social e à ação participativa. As orientações básicas são:

- sensibilizar e mobilizar pessoas, organizações e comunidades para a busca de soluções para seus problemas, para a superação das diferentes formas de exclusão social, para o desenvolvimento sustentável e para a melhoria da qualidade de vida individual e coletiva;
- contribuir para que o educando desenvolva suas potencialidades, estimulando um contínuo processo de desenvolvimento, sendo fundamental esta perspectiva de educação permanente;
- ter como valores e princípios a autonomia das pessoas, organizações e comunidades, a participação no coletivo no qual estão inseridas, a ética, a solidariedade e o respeito à diversidade.

3.2 Perspectiva de Futuro

O Senac São Paulo assim define a sua missão: *“Proporcionar o desenvolvimento de pessoas e organizações para a sociedade do conhecimento, por meio de ações educacionais comprometidas com a responsabilidade social”*. (Senac, 2001, p. 2)

Para o cumprimento dessa missão, está orientado, até o ano 2010, para uma grande conquista estratégica expressa em sua Visão de Futuro: “Até 2010 o Senac - São Paulo será reconhecido como referência de organização educacional

e do terceiro setor, diferenciada pela ação inovadora, diversificada e socialmente solidária”.

O conceito de “sociedade do conhecimento” indica a preocupação da Instituição em manter-se atualizada e integrada às transformações que têm lugar nos sistemas produtivos a partir de duas vias. A primeira expressa a valorização dos atributos que possibilitam a inovação e a aprendizagem de indivíduos e organizações em um contexto no qual o conhecimento é cada vez mais valorizado.

A segunda reconhece que a alta tecnologia e os serviços têm papel cada vez mais decisivo no crescimento econômico, sendo que, nos serviços, a proximidade com os clientes, a qualidade do atendimento e a personalização das soluções são elementos que contribuem para a diferenciação das organizações e para sua vantagem competitiva.

3.3 Organização Curricular

A organização curricular é meio para a promoção, com fundamento na ciência e na tecnologia, da constituição e do desenvolvimento de competências profissionais gerais e específicas, bem como para o estímulo à criatividade, transformação e humanização das relações produtivas.

Deve ser construída como um percurso formativo, preferencialmente, modular, integrada em itinerários mais amplos e articulada por projetos, próximos de problemas e de situações reais de vida e trabalho.

Deve, ainda, estabelecer inter-relações entre as diferentes áreas de conhecimento e atividades profissionais.

Nesse sentido, a organização curricular é flexível, possibilitando a construção de itinerários formativos, singulares e variados, inclusive viabilizando o aproveitamento efetivo das competências já desenvolvidas na vida escolar ou na prática social e profissional.

De acordo com o relatório “Educação – Um Tesouro a Descobrir” (UNESCO, 1996), a educação será baseada, no século XXI, sobre quatro pilares fundamentais: aprender a aprender; aprender a fazer; aprender a conviver; aprender a ser. O relatório recomenda às instituições educativas que alterem seu rumo, no sentido de buscar alternativas e métodos que promovam, não somente o conhecimento técnico, mas que se articulem para favorecer a plenitude individual,

despertando habilidades de relacionamento ético, humano e político, instrumentos que compõem a essência da cidadania e que são fundamentos de qualquer ação de desenvolvimento que se pretenda para toda vida, ou seja, que se insira em uma perspectiva de educação permanente.

Na identificação das competências relacionadas com os componentes constitutivos do currículo, é necessário ir além de preparar para o domínio dos fundamentos tecnológicos e das competências técnicas inerente às profissões. É necessário o desenvolvimento de competências de gestão, que favoreçam o empreendedorismo, e de competências genéricas que assegurem a compreensão desse fazer. É preciso desenvolver a capacidade de análise para gerir a variabilidade e os imprevistos, bem como para o trabalho em equipe, a autonomia, a crítica, a criatividade, a busca da qualidade, a ética, a consciência ecológica, a preservação da saúde, elementos fundamentais para a sobrevivência em um mundo em constante transformação, para o exercício da cidadania e a responsabilidade social.

A necessária e contínua atualização dos currículos deve ter como base a evolução das áreas profissionais e suas interações, com o objetivo de adequá-los às tendências do mundo do trabalho. Isso implica em maior responsabilidade na contextualização e na adequação efetiva da oferta.

3.4 Metodologia da Educação Profissional

O Senac São Paulo propõe-se a desenvolver práticas pedagógicas inovadoras, que estimulam o aluno a construir o conhecimento e a desenvolver competências. Metodologias que são mais participativas, estruturadas na prática, baseadas em situações reais de trabalho, através de estudos de caso, pesquisas, solução de problemas, projetos e outras estratégias, especialmente algumas apoiadas em recursos da tecnologia educacional.

Procura-se fortalecer a autonomia dos alunos na aprendizagem, desenvolvendo a capacidade crítica, a criatividade e a iniciativa.

As salas e os ambientes de aprendizagem simulam ou reproduzem a realidade profissional. Os ambientes reais de vida e trabalho, não escolares, gradativamente, vêm sendo incorporados como ambientes educacionais. O

desenvolvimento atual aponta para um momento em que todos os espaços internos e externos serão vistos como propícios para a construção de conhecimentos.

É importante reafirmar que, nesta era da informação, da comunicação e do conhecimento, a escola não detém o monopólio do saber. A sociedade atual exige a preparação para a mudança e a capacidade de continuar a aprender, para além da escola, emerge como fundamental.

Nesta perspectiva, o educador é um criador de ambientes e situações para que o aluno atue e aprenda como protagonista do processo de aprendizagem. Planeja, estimula a ação dos alunos, promove a reflexão, sintetiza, reformula, critica e avalia. Por estas e outras ações, organiza o trabalho educativo como mediador e orientador.

A abordagem por competências se junta às exigências do foco no aluno. Conseqüentemente, docentes e alunos são sujeitos da ação de ensinar e aprender. Unem-se em parceria na construção dos saberes, pela pesquisa e ensino, prática/ação e teoria/reflexão.

Com esta abordagem, o currículo, exige o comprometimento do educador e do educando em atividades que possibilitem o exercício efetivo da competência a desenvolver. Implica no envolvimento em ações criativas e inovadoras no interior dos próprios ambientes em que serão requeridas.

3.5 O Processo Ensino-Aprendizagem

Os programas de educação profissional ocorrem no contexto de um mercado de trabalho em rápida transformação e com demandas sociais complexas e contraditórias.

O primeiro desafio no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem é a constituição do grupo de alunos. É necessário que o grupo seja adequado à proposta do curso e que o programa seja adequado aos seus interesses e necessidades. Nesse sentido, a função educadora tem início nos meios de comunicação e de informação que divulgam a proposta do curso e nos serviços de recepção e atendimento aos alunos potenciais.

A constituição do grupo de docentes é atividade simultânea à formação do grupo de aprendizagem. O processo de seleção dos docentes deve ser normatizado e feito mediante um conjunto efetivo e sistematizado de meios. Os

profissionais contratados, de competência assegurada, necessitam se integrar a esta proposta, aos planos de curso e projetos pedagógicos, bem como de acompanhamento contínuo e sistemático, além de desenvolvimento pedagógico, visando à metodologia preconizada.

Os Planos de Trabalho Docente, elaborados a partir de Plano de Curso e de Projeto Pedagógico, devem ser flexíveis, práticos e integrados entre si, o que pressupõe construção coletiva do processo ensino-aprendizagem. Devem permitir que as necessidades locais, as experiências particulares, os conhecimentos, os procedimentos e as tecnologias emergentes possam integrar efetivamente o processo de construção do conhecimento.

A garantia da qualidade se fará, por um lado, na constituição adequada do grupo de alunos, na seleção e desenvolvimento do corpo docente, no planejamento preciso das atividades e na disponibilidade e adequação dos ambientes, dos equipamentos e dos recursos didáticos. Por outro lado, a qualidade é obtida no próprio desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. Além da execução do planejado, será necessário um conjunto de outros procedimentos, tais como, reuniões periódicas com os representantes de turmas, apoio técnico-pedagógico a docentes e alunos, incentivo ao planejamento e à organização de eventos setoriais, avaliação do material didático e acompanhamento individualizado da vida escolar de cada integrante do grupo de aprendizagem.

Gestores, coordenadores técnicos e docentes devem atuar em equipe, trabalhando projetos contextualizados, flexíveis na aplicação metodológica, com domínio das tecnologias e do mercado de trabalho de sua área profissional, além de uma ampla visão de mundo. Para tanto, é necessário investir na geração, incorporação e adaptação de novas tecnologias no planejamento estratégico e em projetos de educação corporativa, valorizando o capital humano e intelectual da instituição.

3.6 Processos de Avaliação

Na perspectiva de aprendizagem com autonomia, avaliar faz parte do processo educacional. É momento de revisão do processo de ensino-aprendizagem, que serve para repensar e replanejar a prática pedagógica. É, sobretudo, qualitativa e diagnóstica. Considera os conhecimentos prévios dos alunos e enfoca o desenvolvimento individual e coletivo.

Partindo da proposta curricular do Senac São Paulo, ou seja, um currículo integrado, flexível e pautado em competências, com trabalhos desenvolvidos por meio de projetos, a avaliação e a recuperação são contínuas.

Acompanhando a perspectiva curricular, a avaliação, orientada por indicadores previamente definidos, será preferencialmente feita pelo conjunto dos docentes e alunos participantes da atividade, projeto, segmento ou etapa do curso.

O resultado do processo de avaliação será expresso em menções, que estarão relacionadas com o nível de desenvolvimento das competências exigido pelo perfil profissional de conclusão do curso, sem caráter classificatório dos alunos. Mesmo quando expresso em notas, como no caso dos cursos de Educação Superior, a avaliação mantém seu caráter diagnóstico e orientador do processo educacional.

Promover-se-ão, além da avaliação de aprendizagem, avaliações de reação dos alunos em relação ao curso, das conseqüências na vida e no desempenho profissional de ex-alunos, de impacto no mercado e de impacto social.

A partir da constatação que não existe aprendizagem significativa em um clima de insatisfação, entende-se que a avaliação de reação permitirá ao Senac verificar o nível de satisfação dos alunos e atuar sobre ele.

Apoiada em processos e pesquisas de acompanhamento dos egressos, a avaliação das conseqüências na vida e no desempenho profissional dos ex-alunos, permitirá questionar as decisões relativas à escolha da programação e ao desenho dos currículos singulares e às opções metodológicas.

A avaliação de impacto no mercado investigará as conseqüências do trabalho do Senac São Paulo sobre o setor de comércio de bens e serviços.

A avaliação de impacto social verificará a eficácia das ações relacionadas com a postura de responsabilidade social da instituição.

Esses processos complementam a avaliação da aprendizagem e fecham o ciclo de avaliação, permitindo um olhar mais abrangente sobre os resultados finais da programação. São formas de análise do nível de concretização desta proposta.

Fornecem dados para verificar se a visão de ser humano e de mundo do trabalho é posta em prática. São instrumentos fundamentais na constatação da incorporação dos valores e princípios em relação à educação e à educação profissional.

3.7 Programa de Desenvolvimento Educacional

Entre as estratégias do Senac São Paulo para cumprir sua missão institucional - proporcionar o desenvolvimento de pessoas e organizações para a sociedade do conhecimento, por meio de ações educacionais comprometidas com a responsabilidade social - destaca-se a aprendizagem voltada ao desenvolvimento de competências, autonomia e cidadania enquanto base da ação educacional da Instituição.

Essa estratégia reflete um paradigma educacional centrado no aluno enquanto sujeito do processo de aprendizagem, o que exige uma atualização do papel docente, cujo foco se desloca para a mediação da aprendizagem e envolve, entre outras coisas:

- a articulação de conceitos e princípios das ciências da aprendizagem, valores da autonomia operatória e sócio-humanista, bem como habilidades de planejamento e mediação de processos de aprendizagem voltados para o desenvolvimento de competências e o aprender a aprender;
- considerar conhecimentos teóricos, científicos, técnicos e tecnológicos como insumos a serem mobilizados pelos alunos, e não como preocupação exclusiva da ação docente, selecionando/priorizando aqueles que efetivamente são essenciais para desencadear o processo de desenvolvimento profissional do educando;
- trabalhar regularmente com/por problemas e outros métodos ativos de aprendizagem;
- conhecer profundamente a proposta curricular do curso no qual atua, planejar e desenvolver em equipe o processo educacional contido nesta proposta, de modo integrado e significativo;
- criar situações de aprendizagem onde o conteúdo, visto como insumo, seja trabalhado de forma contextualizada e significativa, considerando os conhecimentos e habilidades prévios dos alunos como ponto de partida, estimulando a pesquisa, a

descoberta e a construção de conhecimentos, habilidades e valores coerentes com as competências pretendidas no curso;

- manter uma postura democrática, participativa, cooperativa, crítica e empática face a colegas e alunos, atualizar-se constantemente e preparar-se didaticamente para desenvolver o trabalho coletivo exigido pela proposta dos respectivos cursos.

Nesse sentido, o Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), um programa de extensão universitária, tem em vista contribuir para o aperfeiçoamento das competências implícitas nesse novo papel docente focalizando, especificamente, a educação profissional – em sintonia com a legislação educacional vigente.

CAPÍTULO IV. O ALUNO SENAC

A criança ao entrar na escola adora aprender, tem curiosidade, é motivada, não esquece o que aprende, vem para a escola de modo geral com competências sofisticadas, como identificar objetos, formas, identificar sons, fala. Com o passar dos anos tudo isso vai se perdendo, e por quê? Porque o aprender fora da escola e o aprender na escola acontecem de forma diferente, o ensino fora da escola não é formal, não segue regras pré-estabelecidas e quando segue, são regras feitas por pessoas próximas à criança (pais, mães, irmãos, avós). No entanto, o aprender escolar é rígido, penoso, segue normas e condutas que na maioria das vezes não são definidas em comum acordo, mas simplesmente impostas.

A escola pública, de onde são oriundos a maioria dos alunos do Senac Bauru, foi uma conquista do povo, mas isto não a exime de problemas a serem resolvidos e de questões a serem exploradas. Uma das críticas que esta escola enfrenta, diz respeito à atualidade de seus conteúdos. O mundo globalizado trouxe consigo novas exigências e, portanto, a escola deve preparar o aluno para conhecê-lo, nele atuar, e permitir o seu acesso às novas informações, tecnologias e a um ensino de melhor qualidade.

Quando o Senac São Paulo introduziu o ensino por competências, enfrentou muitas dificuldades e barreiras, pois foi preciso ir ao encontro desse aluno que em muitos casos sentia-se incapaz de produzir, de crescer. Desde sempre seu objetivo foi de ir em busca “daquela criança perdida”, trazer de volta o tempo e tentar resgatar a curiosidade, a motivação, o prazer em aprender algo com finalidade e propósito. E essas são responsabilidades muito grandes, porque a escola e seus professores têm que trabalhar em sintonia, fazer do aprendizado de seus alunos o início de um longo caminho para que possam trilhar no mundo do trabalho e no mundo social.

No início da nossa pesquisa, tínhamos a idéia de que os alunos do Senac não estavam conseguindo transpor do ensino depositário recebido ao ensino de construção em atual desenvolvimento. Além de absorver e usar da forma correta esse novo modo de ensino, víamos eles muitas vezes perdidos, incomodados e alterados. Mas qual foi a nossa surpresa ao aplicar o questionário avaliativo (que consta em anexo) e verificar que não estávamos certas, mesmo sem perceber, eles estão crescendo, tornando-se cidadãos supostamente críticos, capazes de enfrentar

os desafios do mundo que terão pela frente, mas, principalmente, atingindo o maior de todos os objetivos, eles estão sentindo-se competentes. Muitas vezes, sem perceber, o alunado está concebendo esse novo aprendizado com resistência, incômodos, mas evidenciam suas capacidades nos resultados dos projetos finais.

Descobrimos que, quando as oportunidades aparecem, a maioria as toma para si, com todas as forças, tornando-se aprendizes com facilidades de negociação, organização, planejamento e cooperação.

E esse é o objetivo maior da Educação, desenvolver nas pessoas as competências necessárias para viver vidas autônomas, produtivas e responsáveis, tanto no plano individual (privado), como no social (público).

A implicação da formação de qualidade a esses profissionais estende-se a diversas áreas de atuação na sociedade, seja no campo da saúde, bem-estar, administração, logística, informática, hotelaria, turismo, nutrição, segurança do trabalho, design de interiores, radialismo e outras, o que nos faz ter muito mais responsabilidade com o trabalho que é desenvolvido dentro da Instituição Senac.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando o assunto é educação, nunca é demais lembrar o que Sócrates disse há 25 séculos: *“Educar é ensinar a pensar”*. O primeiro grande educador que o mundo conheceu foi provavelmente o que mais bem definiu o ato de educar. E ele disse mais. Disse que aprender é uma condição humana natural, que acontecerá independentemente do professor. Crianças aprendem. Jovens aprendem. Adultos aprendem. Seres humanos aprendem porque é de sua natureza. O que tentamos fazer, a partir da organização dos temas e das técnicas pedagógicas, é facilitar esse processo e conduzir o aprendizado para o fim desejado, que é o de integrar o aluno à sociedade em que ele está inserido e torná-lo capaz de colaborar com a construção do todo, desenvolvendo-lhe competências.

O novo panorama político, econômico e educacional nos mobiliza para a modernização. Os trabalhadores buscam a qualificação ou requalificação porque o mundo profissional está em constante mutação, o conhecimento se renova numa velocidade atroz. Frente às novas necessidades de formação e exigências de uma sociedade competitiva e criativa, faz-se a necessidade de desenvolvermos novos cidadãos, porque as antigas formas de trabalho educacional oriundas de sistemas tradicionais já não atendem mais a essa sociedade vigente.

Precisamos de ambientes em que o conhecimento já sistematizado não seja tratado de forma dogmática e esvaziado de significado. Precisamos de ambientes em que as pessoas possam dialogar, duvidar, discutir, questionar e compartilhar saberes. Lugares em que as pessoas tenham autonomia, possam pensar, refletir sobre seu próprio processo de construção de conhecimentos e ter acesso a novas informações, onde haja espaço para as diferenças, para as contradições, para o erro, para a criatividade, para a colaboração e para as transformações.

Diante de todo esse quadro, a educação profissional tem ganhado espaço no debate acadêmico e no mundo do trabalho nos últimos anos. Tanto pessoas, como organizações, estão buscando seu fortalecimento por meio de um processo educativo que visa à inserção social e profissional e à ação participativa, capacitando os indivíduos para o trabalho, o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida.

Nesse contexto, o Senac com o objetivo de trabalhar a educação por competências, tem enfrentado dificuldades no desdobrar dessa nova visão, por parte dos alunos e até mesmo por parte de alguns professores. Fazendo uma retrospectiva das abordagens mais evidenciadas na educação e caminhando para a educação por competências, observamos o grau de implicação nesse novo método de trabalho.

As divergências e conceitos acerca da qualificação e competências, são inúmeras de acordo com grandes mestres da área educacional. Mas um dos pontos relevantes no desenvolvimento desse trabalho está diretamente ligado ao processo de transição do que o aluno recebeu e construiu no ensino médio e a forma de assimilar os novos procedimentos na Educação Profissional.

Outro aspecto importante e de qualidade está ligado ao envolvimento e planejamento do professor, que atua como norteador de todo esse processo em construção. É imprescindível que a instituição, falando especificamente do Senac, acompanhe esse profissional, desenvolvendo programas que subsidie esse trabalho. E não só isso, mas que ofereça a esse docente oportunidades constantes de diálogo, autonomia e crescimento.

A curiosidade é uma característica mostrada pelos alunos, que se não for bem explorada, se perde pela inutilidade do uso. Alunos curiosos, são pessoas que perturbam a ordem com suas perguntas, suas dúvidas, sua curiosidade. Como curiosidade pressupõe pergunta, pergunta exige resposta e resposta precisa do pensamento e do tempo de elaboração, pois, educar exige paciência.

Em alguns percursos históricos tratados nesse trabalho, verificamos a implicação direta do ensino regular no impulsionar da educação profissional, isso devida ao pré-requisito de acesso aos programas dos cursos oferecidos pelo Senac.

Toda a dinâmica social sofreu alterações profundas e, por isso, houve a necessidade de uma reformulação na Lei maior, ou seja, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação ocorrida no ano de 1996, a qual preconiza de forma pontual em um dos itens, no artigo 35 do ensino médio, o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, ou seja, a reconstrução do conhecimento. Aqui implica uma reflexão, porque os alunos ao iniciarem a educação por competência na educação profissional, ficam tão incomodados? Não vieram de um sistema que pelo menos deveriam ter exercitado essa construção?

Diante desse quadro compete aos envolvidos uma postura diferenciada com esses alunos. Procurar contextualizar cada vez mais a importância de cada conteúdo trabalhado, explorado e construído, buscar a ruptura de ações que não transformam a vida profissional e social desses alunos deve ser um dos objetivos traçados pela instituição Senac.

Outro aspecto importante é viabilizar programas que possibilitem uma inserção profissional com flexibilidade de adequação frente às mudanças no mundo do trabalho.

Este estudo analisou o trabalho na educação profissional por todos esses ângulos, e aqui se pretende levantar essas questões, não dá-las por encerrada, acreditamos que num outro momento devemos ouvir os professores, afinal, o que eles têm a dizer? O que pensam do seu papel mediante todas essas mudanças apontadas, qual sua postura diante desse novo aluno, crítico, contestador?

Por enquanto, nossa pesquisa se prendeu à visão dos alunos, os atores desse novo mundo. Nossa análise caracterizou-se pelo levantamento bibliográfico como procedimento inicial, aplicação de questionário com perguntas fechadas, seleção da literatura de interesse e verificação dos fatos em confronto com a teoria.

Esperamos neste final de trabalho, ter encontrado o perfil dos alunos do Senac, pelo menos de grande parte deles e que ao final do curso que escolheram, eles também tenham encontrado no Senac o que é a sua principal razão de existir, que todos possam ter a competência de saber, saber fazer e saber ser.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Brasília, 1971.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Brasília, 1996.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas – o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

CUNHA, Maria Isabel da. **O bom professor e sua prática**. Campinas: Papyrus, 1989.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. São Paulo: Cortez, 2001.

DEPRESBITERIS, Léa. **Avaliando competência na escola de alguns ou na escola de todos?** Boletim Técnico Senac. Rio de Janeiro, setembro/dezembro 2001. Disponível em: <http://www.senac.br/informativo>

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da Língua Portuguesa**. 1986.

FRANCO, Luiz Antonio de Carvalho. **A escola do trabalho e o trabalho da escola**. São Paulo: Cortez, 1991.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. A educação e os desafios das novas tecnologias. In: FERRETTI, Celso João (Org.). **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MELLO, Guiomar Namó de. **Afinal, o que é competência?** Revista Nova Escola. São Paulo, ed. 160. março 2003, Disponível em: <http://www.novaescola.abril.com.br>

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo: E.P.U., 1986.

MORETTO, Vasco Pedro. **Construtivismo: a produção do conhecimento em aula**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NORI, Maria Teresa. **Planejando para o desenvolvimento de competências**. Senac São Paulo, 2000.

PARECER CNE-CEB nº 16/99, de 05/10/99 e Resolução CNE-CEB nº 04/1999, de 08/12/1999.

PERRENOUD, Philippe. **Ensinar: agir na urgência, decidir na incerteza**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**; trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PERRENOUD, Philippe. **Ensinar: agir na urgência, decidir na incerteza**. trad. Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 2001.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

RATTNER, Henrique. Debate. In: FERRETTI, Celso João (Org.). **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 1994.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. Campinas: Autores Associados, 1999.

SENAC, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial. Proposta estratégica do Senac São Paulo para a década de 2001-2010, Disponível em: <http://www.sp.senac.br>

TORO, Bernardo. Precisamos de cidadão do mundo. In: GENTILE, Paola. **Revista Nova Escola**. São Paulo, ed. 149. janeiro/fevereiro 2002, Disponível em: <http://www.novaescola.abril.com.br>

UNESCO. **Relatório Delors: 'Educação – um tesouro à descobrir'**. Brasília. setembro 2007. Disponível em: www.unesco.org.br

FACULDADE DE AGUDOS - FAAG

**Luciana Aparecida Masiviero Moreira
Sílvia Liane Alves de Mello
Sueli Aparecida Teixeira Manduca**

COMPETÊNCIAS EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

AGUDOS-SP

2007

ANEXO



Prezado aluno:

Solicitamos sua colaboração em responder este questionário que será usado como suporte para a realização do nosso Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) como requisito parcial para a obtenção do título de Pedagogo da Faculdade de Agudos – FAAG.

Obrigada!

Sílvie, Sueli e Luciana

- Com relação a sua formação escolar, por gentileza, responda.

1 – Sua formação no Ensino Médio ocorreu em que tipo de escola?

(11) Regular (04) Profissionalizante (09) Educação de Jovens e Adultos (EJA)

2 – Você realizou o Ensino Médio em escola

(23) Pública (02) Particular

3 – Em que ano você se formou?

Década de 1970: 01

Década de 1990: 08

Década de 2000: 16

4 – Após se formar no Ensino Médio você ficou sem estudar?

(18) Sim (07) Não

Se Sim, quanto tempo ficou sem estudar?

de 01 a 05 anos: 13

de 06 a 10 anos: 02

acima de 10 anos: 02

5 – Quando você estudou no Ensino Fundamental e no Ensino Médio (antigos 1º e 2º graus) como era o tipo de ensino?

(17) O professor falava e os alunos o ouviam respondendo somente quando ele perguntava. Tinha, às vezes, que decorar textos para realizar provas. A figura do professor era de uma pessoa séria e a relação de ensino-aprendizagem era centrada no professor, pois ele falava e os alunos tinham que ficar quietos ouvindo.

(08) O professor falava e os alunos o interrompiam com frequência expressando suas opiniões. Não houve tanto a necessidade de se decorar textos para realizar provas, pois o professor aceitava as opiniões dos alunos desde que as respostas estivessem de acordo com o que foi estudado em aula.

6 – Você cursou Ensino Superior?

(21) Não cursei (02) Comecei a cursar, mas não conclui (02) Tenho Ensino Superior Completo

7 – Se você começou a cursar o Ensino Superior, mas não o concluiu, ou se tem Ensino Superior completo, em que tipo de escola estudou?

(02) Pública (02) Particular

- Com relação a sua vida profissional, por gentileza, responda.

8 – Você trabalha atualmente?

(23) Sim (02) Não

9 – Se a resposta a questão anterior foi **SIM** em qual setor da economia você atua?

(01) Primário (Agricultura) (08) Secundário (Indústria) (14) Terciário (Comércio, Prestação de Serviços)

10 – Qual a sua classificação empregatícia?

(21) Assalariado (01) Proprietário (01) Autônomo

11 – Você acha que a escola fundamental e média (os antigos 1º e 2º graus) lhe ofereceu uma boa formação para desempenhar as atuais atividades em seu emprego?

(18) Sim (07) Não

- Com relação ao atual curso que está realizando no SENAC, por gentileza, responda.

12 – Você considera que as disciplinas cursadas são importantes para sua atuação profissional?

(24) Sim (01) Não

13 – A quantidade de atividades práticas está sendo adequada ou você sente a necessidade de uma ênfase melhor na prática?

(13) Sim, está sendo adequada (12) Não, há a necessidade de uma ênfase maior na prática.

14 – O curso atende as suas expectativas?

(17) Sim (08) Não

15 – O curso prepara-lhe adequadamente para as suas atividades profissionais?

(19) Sim (06) Não

16 – O curso capacita-lhe para novas tarefas?

(20) Sim (05) Não

17 – Você avalia positivamente o grau de coerência das disciplinas com os propósitos/objetivos do curso?

(17) Sim (08) Não

18 – Você sabe identificar, avaliar e valorizar suas possibilidades, direitos, limites e necessidades?

(25) Sim Não

19 – Você sabe formular e conduzir projetos, e desenvolver estratégias individualmente ou em grupo?

(24) Sim (01) Não

20 – Você tem facilidade para cooperar, agir em conjunto, participar de uma atividade coletiva e partilhar liderança?

(25) Sim Não

21 – Você tem facilidade para monitorar, gerenciar e superar conflitos?

(23) Sim (02) Não

22 – Você tem facilidade para conviver com regras, servi-se delas e elaborá-las?

(22) Sim (03) Não

23 – Você tem facilidade para construir normas negociadas de convivência que superam as diferenças culturais, individuais e coletivas?

(23) Sim (02) Não

24 – Você tem facilidade para identificar, organizar, planejar e alocar recursos (dinheiro, recursos humanos etc.)?

(23) Sim (02) Não

25 – Você sabe obter e avaliar adequadamente informações?

(22) Sim (03) Não

26 – Você sabe trabalhar com novas tecnologias?

(19) Sim (06) Não

• Com relação ao seu crescimento pessoal.

27 - O curso contribuiu para o desenvolvimento de sua capacidade crítica?

(23) Sim (02) Não

28 – Você se sente capaz de (re) inventar novas formas de desenvolver seu trabalho?

(25) Sim Não

29 – Hoje, você se sente mais preparado para os desafios do mundo do trabalho?

(25) Sim Não

30 - Você se sente uma pessoa competente?

(24) Sim (01) Não